



Presidente do Sindicato entrega manifesto a vereadores contra PL de Guti que desobriga portas giratórias nas agências de Guarulhos



O presidente do Sindicato dos Bancários de Guarulhos e Região, Wanderley Ramazzini, e o ex-vereador bancário e diretor do Sindicato, José Luiz Ferreira Guimarães, estiveram na Câmara Municipal de Guarulhos nesta quarta, dia 12, para entregar um manifesto contra o Projeto de Lei nº3.305/2022 (PL), de autoria do prefeito Guti, que desobriga que os bancos da cidade tenham portas de segurança giratória ou automatizadas para acesso. A proposta é um retrocesso no que diz respeito à segurança de clientes, bancári@s, vigilantes e vai contra à lei 7.720/2019, de autoria de José Luiz, responsável por proporcionar maior segurança para as pessoas que circulam pelas agências diariamente.

“Retirar as portas é um retrocesso, uma ingerência no que diz respeito à segurança dentro dos bancos. Nós queremos discutir esse absurdo com o prefeito Guti, pois não

há argumentos que sustentem a retirada das portas, uma vez que o Sindicato e a Fenaban possuem acordo coletivo e a cláusula 88 trata exatamente da segurança bancária nas agências de forma bipartite. Continuaremos nossa batalha contra esse absurdo que serve apenas aos banqueiros, não aceitaremos o risco que o prefeito tenta impor à categoria”, esclareceu o presidente da instituição.

O que diz a lei 7.720/2019?

A Lei 7.720/2019 está em vigor desde maio de 2019 e obriga que agências bancárias da cidade de Guarulhos tenham dispositivos e postos bancários que garantam a segurança de clientes, categoria e vigilantes.

Entre outros destaques, a lei diz que cada unidade de atendimento deve dispor de porta eletrônica de segurança, vidros laminados e resistentes ao impacto de projéteis de armas de fogo de grosso calibre nas portas de entrada, janelas e fachadas, monitoramento externo do sistema de segurança e, inclusive, a utilização de escudo blindado, cadeira e colete a prova de balas para elevar a segurança dos vigilantes. “Nosso projeto é uma conquista histórica e retirar qualquer item de segurança de uma agência bancária beira o absurdo, pois são esses itens que garantem o bem-estar de todos os que precisam estar ali”, esclareceu José Luiz, ex-vereador e autor da Lei.

Fonte: [bancariosdeguarulhos](https://www.bancariosdeguarulhos.org.br)

Barroso e Gilmar Mendes defendem cobrança de taxa sindical a trabalhadores não sindicalizados

O posicionamento foi dado quando os magistrados respondiam aos embargos de declaração do acórdão que declarou a inconstitucionalidade dessa cobrança



por Letícia Rastelly
leticia.rastelly@bnews.com.br
Publicado em 14/04/2023, às 19h42
Valter Campanato/ Agência Brasil

Os ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, mudaram os seus respectivos entendimentos sobre a Contribuição Assistencial e reconheceram a constitucionalidade da cobrança da contribuição assistencial compulsória a empregados não filiados ao sindicato, por meio de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

O posicionamento foi dado nesta sexta-feira (14), quando os magistrados respondiam aos embargos de declaração, que foram opostos em face do acórdão que declarou a inconstitucionalidade dessa cobrança.

Segundo o professor e juiz do trabalho Fabricio Milia, se trata de um reconhecimento de que a contribuição assistencial é destinada a remunerar atividades que o sindicato pratica em assistência ao empregado e custeia, por exemplo, negociações coletivas.

Ela não possui natureza tributária e tem fundamento legal na previsão genérica do art. 513, e, da CLT. Barroso justificou que ocorreram mudanças que justificam o novo entendimento

Nos termos do voto: “A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), aprovada após o julgamento, promoveu uma importante alteração na forma de custeio das atividades dos sindicatos.

De acordo com a nova redação do art. 578 da CLT, a contribuição sindical só pode ser cobrada ‘desde que prévia e expressamente autorizadas’. Na época, com a decisão, os sindicatos perderam a sua principal fonte de custeio.

O julgamento, que acontece virtualmente, ainda não foi concluído e pode durar até o dia 24 de abril.

Fonte: bnews

Revisão do FGTS entra na pauta da semana do STF

Julgamento, que pode resultar em ganhos significativos para os trabalhadores com carteira assinada, deve ocorrer na quinta-feira (20)



A expectativa da comunidade jurídica é que o Supremo decida que a aplicação da TR para a correção do saldo do FGTS é inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para a próxima quinta-feira (20) o julgamento que deve definir a taxa de correção monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com potencial de ganhos significativos para os trabalhadores com carteira assinada.

Na ação, aberta pelo partido Solidariedade, os ministros podem determinar que os valores nas contas do FGTS deveriam ter sido corrigidos sempre pela inflação, e não pela Taxa Referencial (TR), como ocorre desde o início dos anos 1990. A ação tramita desde 2014 no Supremo. O julgamento tem grande relevância tanto para os trabalhadores quanto para o próprio Judiciário, que, ao menos nos últimos 10 anos, viu-se inundado com centenas de milhares de ações individuais e coletivas reivindicando a correção do saldo do FGTS por algum índice inflacionário.

Desde 2019, o andamento de todos os processos está suspenso por decisão do ministro Luís Roberto Barroso, relator do assunto no Supremo. Ele tomou a decisão depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em 2018, depois de receber milhares de recursos, unificar o entendimento e manter a TR como índice de correção do FGTS, em decisão desfavorável aos trabalhadores. Isso criou o risco de que as ações sobre o assunto fossem indeferidas em massa antes de o Supremo se debruçar sobre o tema, razão pela qual o relator determinou a suspensão nacional de todos os processos, em qualquer instância, até a decisão definitiva do plenário do STF.

Esta é a quarta vez que a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sobre o assunto entra na pauta de julgamentos do plenário do Supremo. As outras foram em 2019, 2020 e 2021. Em todas as ocasiões, houve uma corrida para a abertura de ações individuais e coletivas, na expectativa de se beneficiar de uma possível decisão favorável aos trabalhadores.

Segundo estimativas do Instituto Fundo de Garantia, grupo que se dedica a evitar perdas no FGTS por seus associados, chegam a R\$ 720 bilhões, no período de 1999 a março de 2023, as perdas dos trabalhadores com a correção pela TR no lugar do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – um dos índices oficiais de inflação.

O instituto disponibiliza uma calculadora em que é possível saber qual seria a diferença no saldo do FGTS em caso de correção pela inflação.

Jurisprudência favorece trabalhadores

A expectativa da comunidade jurídica é que o Supremo decida que a aplicação da TR para a correção do saldo do FGTS é inconstitucional, estabelecendo algum outro índice inflacionário como taxa de correção – o INPC ou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

“O Supremo já decidiu pela inconstitucionalidade da TR como taxa de correção monetária de depósitos trabalhistas e também de dívidas judiciais. Portanto, há esses precedentes que levam a crer em uma decisão similar sobre o FGTS”, disse o advogado Franco Brugioni à Agência Brasil.

Em 2020, o Supremo considerou inconstitucional aplicar a TR para correção monetária de débitos trabalhistas. O entendimento foi de que a forma de cálculo da TR, que é definida pelo Banco Central, leva em consideração uma lógica de juros remuneratórios, não tendo como foco a preservação do poder de compra, que é objetivo central da correção monetária..

A maior reclamação dos trabalhadores com carteira assinada é que a TR costuma ficar sempre abaixo da inflação, o que, na prática, corrói o poder de compra do saldo do FGTS. Pela sua forma de cálculo, a TR ficou zerada por longos períodos, em especial entre os anos de 1999 e 2013. A taxa voltou a ficar zerada em 2017 e 2019, por exemplo.

“A TR não é um índice capaz de espelhar a inflação. Logo, permitir a sua utilização para fins de atualização monetária equipara-se a violar o direito de propriedade dos titulares das contas vinculadas do FGTS”, argumenta o Solidariedade, partido autor da ação sobre o assunto no Supremo.

Quem tem direito?

Em tese, se o Supremo decidir pela aplicação de algum índice inflacionário, todos os cidadãos que tiveram carteira assinada de 1999 para cá teriam direito à revisão do saldo do FGTS, explica Brugioni. Contudo, o mais provável é que haja alguma modulação para amenizar

o imenso impacto sobre os cofres da União, avaliou o advogado.

“É possível que o Supremo vá modular a questão de forma a não permitir novas ações, daqui para a frente. Talvez nem abarque quem entrou agora, talvez coloque uma linha temporal. O contrário também é possível”, disse Brugioni.

A Defensoria Pública da União (DPU) entrou como interessada na ação, devido ao grande volume de trabalhadores de baixa renda que procuram atendimento em busca da revisão do FGTS. A DPU chegou a soltar nota pública orientando os interessados a aguardar a análise pelo Supremo antes de acionar o Judiciário.

A DPU informou que, desde 2014, move uma ação civil pública sobre o assunto na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, e que esse processo já teve o âmbito nacional reconhecido. Em caso de desfecho favorável no Supremo e na JF, “deve ser publicado um edital a fim de comunicar os interessados para que proponham ações individuais com o objetivo de executar a decisão favorável”, disse a Defensoria Pública na nota.

Sobre o FGTS

O FGTS foi criado em 1966 como uma espécie de poupança do trabalhador com carteira assinada. Antes facultativa, a adesão ao fundo se tornou obrigatória a partir da Constituição de 1988. Pela regras atuais, todos os empregadores são obrigados a depositar 8% do salário de seus funcionários no fundo. Isso se aplica aos empregados urbanos, rurais e, desde 2015, também aos domésticos. O dinheiro, permanente sendo do trabalho, fica vinculado a uma conta, gerida pela Caixa Econômica Federal, e somente pode ser sacado em condições previstas em lei, sendo uma das principais delas a demissão sem justa causa.

Hoje o fundo serve para financiar diferentes políticas públicas, em especial o Sistema Financeiro Habitacional.

Fonte: RBA

Comissão de Segurança Pública terá amplo debate sobre ataques nas escolas



A audiência pública foi solicitada pelo senador Angelo Coronel

A Comissão de Segurança Pública (CSP) vai promover uma audiência nesta quarta-feira (19), às 10h, para debater os ataques às escolas no país. O foco serão as possíveis causas dos ataques e a busca de sugestões legislativas para a situação. A audiência vai debater também mudanças na atuação de agentes públicos e privados na prevenção desses ataques.

O requerimento (REQ 10/2023-CSP) para a realização da audiência é de autoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA). Na justificação do seu pedido, ele lembra que o Brasil vivenciou, em março e abril, dois ataques brutais a escolas de São Paulo e de Santa Catarina. Ressaltou que é papel da CSP “discutir de maneira profunda esses fatos, a fim de apontar possíveis mecanismos que evitem a repetição desse mal”.

Participantes

Foram convidados representantes do governo, como o secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Capelli, o secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Guilherme Derrite, o Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Aurélio José Pelozato da Rosa e a secretária de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Zara Figueiredo.

Coronel solicitou também a participação de representantes das principais redes sociais como o presidente da Google-Brasil, Fábio Coelho, o diretor de Políticas Públicas da Meta no Brasil, Murillo Laranjeira e o responsável jurídico pelo Telegram no Brasil, Campos Thomaz & Meirelles Advogados. Convidou representantes da imprensa, como o presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Flávio Lara Resende e o presidente executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Antônio Rech. Além deles, foram convidados outros representantes da sociedade civil como o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e especialistas na área educacional. O senador também pediu que o Ministério Público participe.

A audiência está marcada para o Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa e terá caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Dúvidas, críticas e sugestões poderão ser enviadas pelo portal e-Cidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Fonte: Agência Senado

Como participar

O evento será interativo: os cidadãos podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e-Cidadania, que podem ser lidos e respondidos pelos senadores e debatedores ao vivo. O Senado oferece uma declaração de participação, que pode ser usada como hora de atividade complementar em curso universitário, por exemplo. O Portal e-Cidadania também recebe a opinião dos cidadãos sobre os projetos em tramitação no Senado, além de sugestões para novas leis.

Santander: Trabalhadores protestam por saúde, segurança e contra metas abusivas

Diretores do Sindicato dos Bancários da Bahia e da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe entregam ofício com reivindicações ao presidente nacional do banco, Mário Leão



Os Trabalhadores do movimento sindical da Bahia e Sergipe entregaram, nesta quinta-feira (13), um ofício ao presidente nacional do banco Santander, Mário Leão, com reivindicações sobre saúde, metas abusivas, segurança e fechamento de agências.

Em nota publicada no site do Sindicato dos Bancários da Bahia (Seeb-BA), os trabalhadores disseram que esperaram por horas para que Leão recebesse o ofício. “O representante do banco atendeu os diretores de forma rápida,

sem dar muita importância para as demandas apresentadas. Lamentavelmente”, destacaram. Antes de Leão, os funcionários tentaram, sem sucesso, entregar o ofício para a presidente mundial do Santander, Ana Botín.

Os trabalhadores da Bahia e Sergipe realizaram ainda um protesto na agência Thomé de Souza, na avenida ACM, em Salvador, contra a mudança do plano de saúde, de Sulamérica para Unimed, que apresenta deficiência e não atende às necessidades dos bancários.

Os bancários também denunciam o estabelecimento de metas elevadas, fechamento de agência em várias regiões do país que geram preocupação, principalmente, em relação à manutenção dos empregos e às terceirizações, além de insegurança nas unidades. “A agência Thomé de Souza, por exemplo, funciona sem porta giratória nem vigilância. Por conta da presença do presidente do banco, nesta quinta-feira (13/04), o local contou com a presença de vigilante armado. Ou seja, enquanto o alto escalão é priorizado, os funcionários e clientes são negligenciados”, destacaram.

“Os problemas enfrentados pelos trabalhadores da Bahia são os mesmos enfrentados por colegas em várias partes do país. Nós apoiamos a iniciativa do ofício e do protesto que realizaram, após inúmeras tentativas de resolver os problemas do plano de saúde no estado sem solução até o momento. Seguiremos protestando até que o banco entenda que saúde é o bem mais valioso que temos”, pontuou a funcionária e coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do banco, Lucimara Malaquias.

Fonte: ContrafCUT

A seguir, o ofício entregue ao presidente Mário Leão:

The image shows two pages of a letter. The left page is the main body of the letter, and the right page contains the closing and contact information. Both pages feature the logos of FEEB (FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE) and the Sindicato dos Bancários da Bahia (90 anos).

Page 1 (Left):

FEEB
FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS
DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

Sindicato dos Bancários da Bahia 90 anos

Salvador, 13 de abril de 2023

Ilustríssima Senhora
Ana Botin,
Presidenta Mundial do Banco Santander

O Sindicato dos Bancários da Bahia e a Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, aproveitando a sua estada na Bahia, não poderiam deixar de relatar sobre 3 temas que nos tem deixados perplexos e preocupados com os desdobramentos que vem ocorrendo no Banco Santander.

Os funcionários do Banco Santander na Bahia, foram comunicados de que o banco estava mudando a operadora de plano de saúde no nosso Estado. Em princípio imaginávamos que a mudança fosse apenas de caráter contratual e que os funcionários continuariam com o atendimento médico de qualidade como vinha ocorrendo.

Ledo engano, estão submetidos a um quadro reduzido de clínicas, laboratórios e profissionais credenciados no atual plano, o que tem acarretado ainda mais transtornos para todos que necessitam de atendimento médico.

Relatos dão conta de que até para marcar determinados exames, o funcionário tem que esperar autorização em torno de 15 dias. Até internamento emergencial já foi negado na vigência do atual plano, e por pouco não culmina com um fim trágico na vida do funcionário.

Por outro quadrante, o que tem chamado atenção do corpo funcional, é a forma como são cobrados para o cumprimento de metas. A abusividade nessas cobranças tem se tornado uma rotina dentro das unidades bancárias do Santander com uma gestão agressiva e pouco ou nada humanizada.

Em decorrência desse fato, os bancários estão sendo acometidos da Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional que é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. A principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho.

Pesquisas na categoria, dão conta de que 40% dos bancários fazem uso de medicação controlada.

Se destaca ainda a atuação do Santander Brasil, o grau elevado de trabalhadores terceirizados, que a pretexto de serem de outras empresas, inclusive

Rua Tupacatiú nº 193 Dois de Julho - Salvador-Bahia - Tels.: (71) 3329-5333 E-mail: feebbase@hotmail.com - E-mail: presidencia@bancariosbahia.org.br Fax (71) 3329-2333

Page 2 (Right):

FEEB
FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS
DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

Sindicato dos Bancários da Bahia 90 anos

empresas do grupo Santander como a SX Tools, Prospera etc., são contratados para desenvolverem tarefas típicas de bancários, em detrimento das condições de trabalho, de salário inferiores ao da categoria bancária, estando inclusive sem a proteção do arcabouço jurídico da Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários.

A dedicação dos funcionários do Santander no Brasil, cujo o lucro gira em torno de 1/3 do lucro mundial, contrasta com o tratamento que os bancários tem recebido, conforme exposto.

Lamentamos muito não termos o mesmo tratamento e as mesmas condições dos bancários no país sede.

Seja bem vinda ao Brasil e finalmente, esperamos que a visita além de falar de negócios, fale também do respeito às condições de trabalho a que estamos sendo submetidos, do respeito a dignidade humana, especialmente aqui na Bahia e interceda junto a administração no Brasil para a solução dos problemas expostos.

Cordiais saudações,

Sindicato dos Bancários da Bahia Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe

Rua Tupacatiú nº 193 Dois de Julho - Salvador-Bahia - Tels.: (71) 3329-5333 E-mail: feebbase@hotmail.com - E-mail: presidencia@bancariosbahia.org.br Fax (71) 3329-2333

Ativando Windows
Acesse Configurações para ativar

Câmeras, detectores de metal e PMs: veja medidas adotadas por estados após ataques em escolas

Governos estaduais reforçaram policiamento e utilizam recursos tecnológicos para proteger estudantes de ataques. Saiba quais são as medidas



Aluno de escola pública do DF
Rafaela Felicciano/Metrôpoles

O aumento de episódios de violência em creches e escolas nos últimos dias enlutou o país e deixou os brasileiros em estado de alerta. Diante dos casos, governos estaduais anunciaram uma série de medidas para reforçar a segurança em instituições de ensino públicas e privadas. Entre elas, o aumento do

policiamento, a criação de canais de denúncias, a implementação de câmeras e detectores de metal e até mesmo a construção de escolas cívico-militares.

Na esfera federal, o ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Flávio Dino, divulgou na quinta-feira (13/4) a abertura de um edital

com R\$ 150 milhões para estados e municípios fortalecerem a segurança nas unidades de ensino. A pasta também determinou que as redes sociais terão 72 horas para apresentar um relatório com as medidas que serão adotadas para monitorar, limitar e restringir conteúdos que incentivem a violência nas escolas. Antes mesmo do anúncio, no entanto, executivos estaduais se mobilizaram para garantir a prevenção de ataques.

A maioria das medidas, porém, é paliativa. Seguem apenas o propósito de reforçar a segurança policial em um momento de pânico. Para a professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Telma Vinha, coordenadora do grupo Ética, Democracia e Diversidade na Escola Pública, que investiga ataques extremos em escolas feitos por alunos ou ex-alunos, as iniciativas reduzem um fenômeno complexo, em uma crise de contenção, mas não focam em transformar a cultura das escolas.

“A gente diz que esse tipo de ataque é um ato passional porque é cometido por adolescentes, mas são análogos à crimes de ódio porque são motivados por preconceito, misoginia, racismo”, explica. “Precisamos de um ambiente de cuidado e não de vigilância. Onde estão as políticas de fomento ao convívio democrático e cidadão? Abordar masculinidades, racismo, cooptação na internet. Não aparece a raiz do problema.”

Em Goiás, onde um aluno de 13 anos feriu duas colegas, o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) anunciou que o estado vai instalar detectores de metal nas escolas e implementar uma vistoria nas mochilas dos alunos. Em São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) articula a contratação de seguranças particulares e acompanhamento psicológico. Raquel Lyra (PSDB), de Pernambuco, declarou que haverá a ativação de um número exclusivo (197) para emergências escolares no estado.

No Distrito Federal, o secretário de Segurança, Pública Sandro Avelar, anunciou a contratação temporária de policiais. Por segurança, segundo o secretário, a pasta não divulgará a quantidade de servidores nem como devem atuar nos colégios. Avelar também anunciou o reforço do efetivo do Batalhão de Policiamento Escolar (BPesc) a criação de novos canais de denúncia e a otimização do uso dos carros das corporações. Já o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), quer dobrar o número de escolas cívico-militares no estado, de 206 para 400, com custo superior a R\$ 30 milhões por ano.

Desde 2002, foram registrados 25 atentados cometidos em instituições de ensino. Desse total, 72% aconteceram de 2017 a 2023. Os dados somam informações coletadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenado por Telma Vinha, e números mapeados pelo Metrôpoles.

ESTADOS	MEDIDAS ANUNCIADAS
Acre (AC)	Policiamento feito pela Polícia Militar (PM) Observatório de Segurança Pública
Alagoas (AL)	Reforço da presença da Polícia Militar (PM) em escolas Monitoramento de redes sociais por equipes de inteligência - Responsabilização por postagens ou comentários ilícitos
Amapá (AP)	Operação Escola Segura Patrulhamento e visitas preventivas da Polícia Militar (PM) Orientação de pais, alunos e professores
Amazonas (AM)	Criação do Comitê Interinstitucional de Proteção, Monitoramento, Guarda e Segurança Escolar e do Núcleo de Inteligência e Segurança Escolar (Nise) Elaboração do Plano de ações integradas para a segurança nas escolas Monitoramento das unidades de educação feito de forma conjunta pelas forças de segurança Reforço no atendimento psicossocial e pedagógico Realização de cursos e palestras Canal direto de denúncias pelo e-mail escolasegura@seduc.net ou pelos telefones 190, 181 ou (92) 99414-0480
Bahia (BA)	Criação do Centro de Controle e Comando Criação de Comitê Intersetorial de Segurança nas Escolas Distribuição de cartilha com orientações aos trabalhadores da Educação e da Segurança Sistema de monitoramento diária com trabalho de inteligência Reforço no patrulhamento da Ronda Escolar Criação de canal de comunicação dos 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTE's) com a Segurança Pública estadual
Ceará (CE)	Policiamento feito pela Polícia Militar do Ceará (PMCE) Monitoramento de redes sociais por equipes de inteligência da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e da Polícia Civil do Ceará (PC-CE)
Distrito Federal (DF)	Contratação temporária de policiais para reforçar segurança nas escolas Criação de novos canais de denúncia Otimização do uso dos carros das corporações
Espírito Santo (ES)	Lançamento do Plano Estadual de Segurança Escolar previsto para 27 de abril Contratação de 300 psicólogos e assistentes sociais
Goiás (GO)	Instalação de detectores de metal nas escolas Vistoria das mochilas dos estudantes Responsabilização de pais de alunos menores de idade sobre o conteúdo acessado e publicado por eles nas redes sociais
Maranhão (MA)	Reforço no efetivo e patrulhamento da Polícia Militar (PM) nas escolas
Mato Grosso (MT)	Não respondeu aos questionamentos da reportagem

Mato Grosso do Sul (MS)	<p>Monitoramento das escolas da rede estadual</p> <p>Instalação de botão de pânico para acionar equipe policial em até seis minutos</p> <p>Criação de central de monitoramento 24 horas das escolas da rede estadual</p> <p>Implantação de núcleos de pesquisa e prevenção a acidentes de inteligência e segurança escolar</p> <p>Cartilhas de orientação para pais, alunos e funcionários</p> <p>Capacitação de funcionários e professores</p> <p>Monitoramento de ameaças com inteligência da Polícia Civil</p>
Minas Gerais (MG)	<p>Policciamento nas escolas</p> <p>Instalação de sistema de videomonitoramento e controle de entrada das escolas</p>
Pará (PA)	<p>Programa Escola Segura</p> <p>Policciamento feito pela Polícia Militar (PM)</p> <p>Reforço na contratação de psicólogos</p> <p>Monitoramento com câmeras de segurança</p> <p>Definição de protocolos de segurança</p> <p>Criação do Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escola</p>
Paraíba (PB)	<p>Criação de força-tarefa conjunta das forças de segurança</p> <p>Monitoramento de inteligência das redes sociais</p> <p>Reforço no policiamento da Polícia Militar</p> <p>Operações de repressão</p> <p>Denúncias pelo 190 e 197</p>
Paraná (PR)	<p>Criação de protocolo e comitê de segurança para escolas e forças de segurança</p> <p>Reforço no policiamento escolar</p> <p>Programa Olho Vivo: botão de segurança acionado por aplicativo</p> <p>Liberação de R\$ 20 milhões para as escolas aplicarem em sistemas de segurança</p> <p>Aumento do número de psicólogos e inclusão de psiquiatras no atendimento de profissionais</p> <p>Contratação de psicólogos</p> <p>Aumento no número de escolas cívico-militares</p>
Pernambuco (PE)	<p>Ativação do número exclusivo 197 para emergências escolares</p> <p>Definição de protocolo de atuação</p>
Piauí (PI)	<p>Criação do Grupo de Trabalho para Promoção da Segurança e a Cultura de Paz nas Escolas</p> <p>Elaboração de Plano de Ação com medidas emergenciais</p> <p>Fortalecimento das equipes multiprofissionais nas escolas, com psicólogos e assistentes sociais</p> <p>Convocação e capacitação de novos agentes de portaria</p> <p>Contratação de serviço de vigilância</p> <p>Monitoramento das redes sociais</p>

Rio de Janeiro (RJ)	<p>Criação de um Comitê Permanente de Segurança Escolar</p> <p>Monitoramento das redes sociais em parceria com a Polícia Militar e Civil</p> <p>Reforço no policiamento da Polícia Militar (PM) em escolas</p>
Rio Grande do Norte (RN)	<p>Monitoramento em vídeo</p> <p>Implementação de detectores de metal</p> <p>Palestras e reuniões com a comunidade escolar</p>
Rio Grande do Sul (RS)	<p>Reforço no policiamento com 1,7 mil agentes da Polícia Militar (PM)</p> <p>Monitoramento de redes sociais</p> <p>Denúncias pelos telefones 190 e 181</p>
Rondônia (RO)	<p>Reforço no policiamento</p> <p>Monitoramento nas redes sociais</p> <p>Treinamento do contingente da Polícia Militar (PM)</p>
Roraima (RR)	<p>Operação Escola Segura com reforço no policiamento feito pela Polícia Militar de Roraima (PMRR)</p> <p>Elaboração de protocolos e orientações para escolas</p>
Santa Catarina (SC)	<p>Segurança armada nas escolas estaduais</p> <p>Criação do Comitê Permanente de Operações Integradas</p> <p>Reforço no policiamento da Polícia Militar (PM) e da Guarda Municipal nas escolas públicas</p> <p>Treinamento de professores da rede pública</p> <p>Contratação de segurança armada</p>
São Paulo (SP)	<p>Contratação de mil seguranças particulares desarmados em escolas identificadas como mais vulneráveis</p> <p>Contratação de 550 psicólogos</p> <p>Botão nas escolas com atendimento prioritário no 190</p> <p>Reforço no policiamento da Polícia Militar (PM)</p> <p>Professores com jornada de 10 horas semanais dedicadas ao Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (Conviva SP)</p>
Sergipe (SE)	<p>Criação de grupo de trabalho formado pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Seduc) e Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)</p> <p>Monitoramento das redes sociais</p> <p>Orientação de diretores</p> <p>Criação de protocolo único de segurança alinhado entre as secretarias estaduais, municipais e instituições de educação</p>
Tocantins (TO)	<p>Criação do aplicativo de denúncias Escola Segura</p> <p>Criação do protocolo de Procedimento Operacional Padrão (POP), com ações em curto, médio e longo prazos</p> <p>Reforço no policiamento da Polícia Militar (PM) e da Guarda Metropolitana</p> <p>Monitoramento de denúncias ou fake news sobre ameaças de ataques, com serviço de inteligência</p>

Mudança na cultura escolar

Telma destaca a importância do Ministério da Educação (MEC) e das secretarias investirem em políticas públicas de convivência ética e cidadã. “Esses meninos, quando são cooptados, esses lugares têm muita escuta, funcionam como uma câmara de eco. A escola precisa desses espaços, de um lugar de pertencimento. Você tem que ter espaços em que ele vai dar a opinião dele, um trabalho em que ele tem voz, e aí tem acesso ao conhecimento”, pontua.

“Dá para entender que [os estados] precisam responder rápido, que a situação está séria. Mas é um prato cheio para arbitrariedades, para medidas autoritárias”, diz. “Esse problema não foi cultivado a curto prazo, as intervenções também não vão resolver a curto prazo.”

A especialista relembra que apenas reforçar a segurança não impedirá novos atentados. “Se tem um país que tem segurança é os Estados Unidos. Eles investem em detectores de metal, armas, e o que mais tem são ataques”, observa.

Espiral de violência

No início deste mês, ataques a unidades de ensino vitimaram crianças, adolescentes e profissionais da educação. O cenário de insegurança motivou uma série de ameaças e tem reduzido a frequência de alunos em escolas, cancelado aulas e alterado a programação educacional em diversos estados.

Somente na primeira semana de abril, a Polícia Civil de São Paulo (PC-SP) informou ter registrado 279 casos de ameaças de possíveis

ataques a escolas no estado. No fim do mês passado, um adolescente de 13 anos esfaqueou um aluno e quatro professores em uma escola na Vila Sônia, zona oeste da capital paulista.

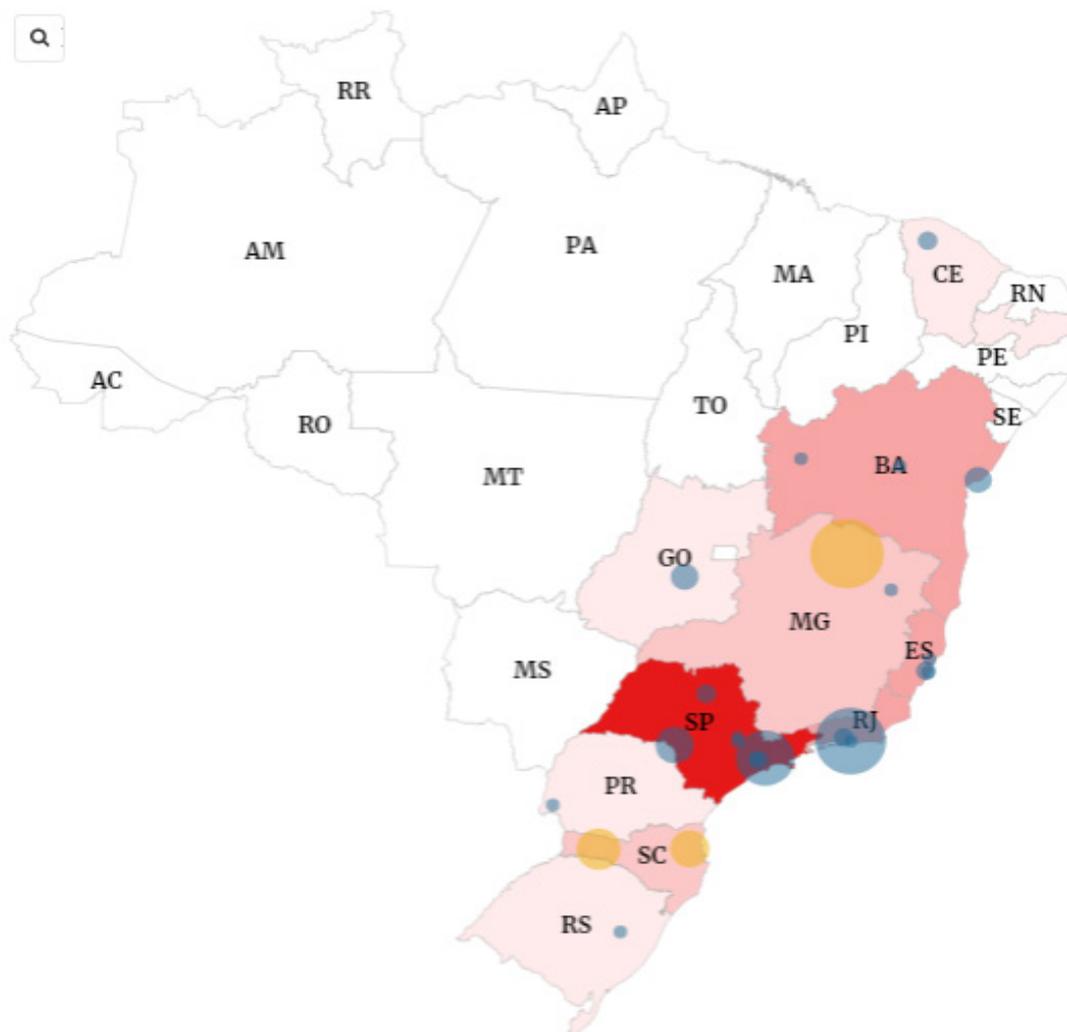
Em Blumenau (SC), um homem armado com uma machadinha invadiu uma creche e matou quatro crianças. Dias depois, em Goiás, um adolescente entrou armado com faca no Colégio Estadual Dr. Marco Aurélio e feriu duas colegas.

O professor Pablo Lira, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), ressalta que a preservação da ordem pública e do bem-estar das pessoas é dever do Estado – incluindo o governo federal, os municípios, o Legislativo e o Judiciário –, bem como um direito e responsabilidade de todos. “Essa responsabilidade pela segurança pública não é exclusiva dos governos, mas é fundamental uma presença mais ativa dos familiares, bem como os profissionais dirigentes dos ambientes escolares”.

De acordo com o especialista, há, no Brasil, um aumento considerável dos atentados a unidades educacionais.

“Estamos vendo também um estímulo, inclusive por autoridades públicas, à radicalização, intolerância e cultura do ódio no Brasil. Uma juventude sendo influenciada pelos mecanismos da tecnologia da informação. Esses fatores, e o acesso mais ampliado a armas de fogo, estão contribuindo para a gente ver uma recorrência dos casos covardes de atentados”, afirma.

Veja atentados em escolas e creches desde 2002 no Brasil, por estado:



Fonte: Unicamp

TOTAL DE MORTES EM ESCOLAS: 36 mortes, das quais 24 estudantes, 5 professoras, 2 profissionais de educação e 5 atiradores (suicídio).

TOTAL DE MORTES EM CRECHES: 24 mortes, das quais 17 estudantes, 3 professoras, 2 profissionais de educação e 1 agressor (suicídio).

Medidas estruturais de segurança

O especialista em segurança pública listou, ao Metrôpoles, cinco ações de proteção e emergência recomendados por estudiosos diante do momento de recorrência de casos de atentados e ameaças:

Unidades escolares devem contar com mecanismos de identificação e controle de entrada, vigilância e monitoramento. Não podemos deixar as escolas livres para pessoas entrarem, não se pode admitir entrada na escola de pessoas com comportamento suspeito ou não são conhecidas no ambiente escolar;

Escolas devem desenvolver planos de segurança e emergência com protocolos

adaptados às suas especificidades, identificando quais são as saídas, os ambientes mais seguros da escola e um plano de comunicação para reforçar a ação em caso de ataques;

Orientar e instruir professores e colaboradores sobre como eles devem agir em casos de atentados;

Conscientizar os alunos sobre como agir e se proteger em caso de emergência, com orientação dos profissionais;

Desenvolver projetos interdisciplinares em favor da cultura de paz e saúde mental, contra as práticas de bullying nas escolas e com apoio dos familiares.

Fonte: Metrôpoles

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL COM OS VIGILANTES DE TRANSPORTE DE VALORES E TESOURARIA



**DATA: 17 DE ABRIL DE 2023
(SEGUNDA-FEIRA)**

HORÁRIO: 19:00

**LOCAL: SEDE DO SINDVIGILANTES/AL
RUA GENERAL HERMES, 371, CENTRO, MACEIÓ-AL**

**PAUTAS: PROPOSTA PATRONAL DE REAJUSTE SALARIAL,
REAJUSTE DO TÍQUETE ALIMENTAÇÃO E OUTRA CLÁUSULAS
DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF